

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1013693-29.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**  
 Requerente: **Radio Progresso São Carlos Ltda**  
 Requerido: **Rodnei Dias Comércio de Veículos Ltda Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA moveu ação de cobrança contra RODNEI DIAS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA ME, pedindo sua condenação no pagamento da importância de R\$ 5.658,40, com os acréscimos legais, correspondente ao contrato de prestação de serviço de radiodifusão que deixou de pagar.

Citada, a ré não contestou a ação.

**É o relatório.****Fundamento e decido.**

A ré foi citada e não contestou a ação, o que acarreta a presunção de veracidade dos fatos alegados (CPC, art. 344), assim, por efeito da revelia, presunção que se fortalece pela exibição de documentos indicativos da relação jurídica de direito material.

Analisando o cálculo apresentado às fls.29, além do valor do débito, com as devidas atualizações e encargos moratórios, a autora incluiu custas processuais e honorários advocatícios. No entanto, falta amparo legal à inclusão de verba honorária de 20%, unilateralmente imposta pela autora, porquanto a fixação constitui tarefa de quem preside o processo. E esta parece abusiva, pois mais razoável estabelecer 10%, perante a mínima complexidade da causa.

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno a ré a pagar para a autora importância de R\$ 4.352,62 (note-se a exclusão da parcela de R\$ 435,26), com correção

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

monetária e juros moratórios subsequentes àqueles já contabilizados na planilha de fls. 29, além das custas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

Note-se a exclusão da parcela de R\$ 435,26, pela ilegalidade da cumulação de duas multas fundadas no mesmo fato.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 10 de março de 2017.

Carlos Castilho Aguiar França  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**